

Senadores, sem acordo sobre os empréstimos

Da sucursal de
BRASÍLIA

Até ontem à noite, as lideranças do governo e do PMDB ainda não haviam chegado a um acordo para aprovação dos pedidos de empréstimos dos Estados e municípios. O vice-líder do PDS, José Lins, começou a redigir uma terceira proposta de entendimento para submeter ao líder oposicionista Humberto Lucena, que já adiantou que não poderá decidir sobre a questão sem consultar novamente sua bancada.

Segundo a proposta de José Lins, durante o esforço concentrado de uma semana para votação dos pedidos, seriam examinadas tantas mensagens quanto tempo durasse a sessão, e não apenas dez empréstimos como deseja o PMDB. Não haveria uma limitação no valor de 50 milhões de cruzeiros para o pedido ser votado, abrindo-se a porta à análise de outros empréstimos, inclusive externos. Numa terceira etapa, seriam também examinados os pedidos de empréstimos segundo sua destinação.

Embora ainda não tenha sido Procurado pelo senador José Lins, o líder Humberto Lucena adiantou que sua bancada dificilmente concordará com aprovação de empréstimos de valor superior a 50 milhões de cruzeiros, "porque está muito cautelosa com o comportamento dos governantes em fim de mandato e num ano eleitoral".

Segundo Humberto Lucena, se a liderança do governo recusar a propos-

ta de sua bancada de aprovar apenas empréstimos abaixo desse valor, "estará prejudicando 132 prefeituras, que pediriam menos do que isso". Quanto ao pedido de empréstimos externos, Lucena acentuou que sua bancada não aprovará, exatamente por recear uma destinação eleitoreira.

Segundo a proposta do PMDB, seriam votados, prioritariamente, os empréstimos internos, não superiores a 50 milhões de cruzeiros, além de aprovados os pedidos da Unicamp, no valor de 772 milhões de cruzeiros, do governo do Rio de Janeiro, para reequipar o Corpo de Bombeiros, no valor de 20 milhões de dólares, e do governo do Rio Grande do Sul, para o mesmo fim, no valor de 2,5 bilhões de cruzeiros.

A inclusão de qualquer outro projeto se faria mediante acordo de liderança, enquanto a elaboração das pautas das sessões seria de comum acordo entre os dois partidos, respeitada a ordem cronológica de recebimento dos pedidos pelo Senado e contendo, no máximo, dez pedidos por sessão. Além disso, seria realizado um esforço concentrado, durante uma semana por mês, de modo a evitar a falta de quorum.

Por sua vez, José Lins explicou que, feitas as contas, seriam necessários quase seis meses para votar todos os itens da pauta, e que o limite de 50 milhões não foi aceito pelos prefeitos, muitos dos quais se consideram discriminados. Ele notou que o PMDB propôs o esforço concentrado de uma se-

mana, porque "quer passar três fazendo campanha eleitoral".

PARAÍBA

Humberto Lucena, senador pela Paraíba, afirmou ontem, num longo discurso de análise do endividamento do governo daquele Estado, que votará contra a aprovação no Senado do projeto de empréstimo de US\$ 20 milhões à Paraíba. Justificou, acrescentando: "Não devo contribuir com o apoio para deteriorar ainda mais a situação financeira da Paraíba".

Lucena acusou o governador Tarciso Burity de corrupto e de gastar incontroladamente verbas públicas com publicidade pessoal e sugeriu que, "se ele quiser que apele aos 37 senadores do PDS, que são maioria, para a aprovação do empréstimo".

Argumento semelhante foi usado pelo líder oposicionista, ao comentar a intervenção, em aparte, do bionico Milton Cabral (PDS-PB), que discordou de Lucena, sobretudo no tocante a cifras. Segundo Cabral, a Paraíba ainda não atingiu 50% da sua capacidade de endividar-se, podendo, assim, arcar com novos ônus, principalmente levando em conta que parte dos recursos destinam-se a obras rodoviárias paralisadas, com o desemprego de 4 mil pessoas.

Para Lucena, no entanto, o endividamento da Paraíba já penetrou os limites da imprudência, comprometendo seriamente os governos seguintes e onerando os contribuintes por muitos anos futuros.